

**SUBVERTER O PATRIMÔNIO
CULTURAL: PERIFERIA E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

*SUBVERTING CULTURAL
HERITAGE: URBAN PERIPHERY
AND SOCIAL PARTICIPATION*

*PATRIMONIO CULTURAL
SUBVERTIDO: PERIFERIA Y
PARTICIPACIÓN SOCIAL*

SIMONE SCIFONI

Professora do Departamento de
Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de
São Paulo.

Email: simone.geo@usp.br

Resumo:

O artigo busca apresentar e debater os resultados de um processo participativo de identificação e mapeamento do patrimônio cultural da periferia do município de São Paulo. Realizado a partir da metodologia dos Inventários Participativos e em parceria com organizações do movimento social, universidade pública e coletivos culturais, o levantamento mostra a diversidade e riqueza de um patrimônio cultural cujos fundamentos se encontram na história da luta e resistência das classes trabalhadoras da periferia. Considerando que as políticas de preservação historicamente programaram a ausência da classe trabalhadora e da periferia no conjunto da memória nacional a ser valorizada, o presente trabalho caminha em sentido contrário, buscando subverter a forma hegemônica de pensar e fazer o patrimônio cultural.

Palavras-chave: periferia; patrimônio cultural; inventários participativos; participação social.

Terra Livre	São Paulo	ISSN: 2674-8355	Jul.-Dez./2022	37, v. 2, n.59	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	-----------------	----------------	----------------	-----------------

Abstract:

This paper aims to present and discuss the results of a participatory process of identification and mapping of cultural heritage assets in the urban periphery in the city of São Paulo. Conducted using the Participatory Inventories methodology in partnership with social movement organizations, public universities and cultural collectives, the study reveals the diversity and richness of a cultural heritage founded upon a history of struggle and resistance of the working classes of the urban periphery. Considering that preservation policies have historically planned to exclude the working class and urban peripheries from the positively valued collective national memory, this paper takes an opposite approach, seeking to subvert the hegemonic way of thinking and doing cultural heritage.

Keywords: urban periphery; cultural heritage; participatory inventories; social participation.

Résumé / Resumen:

El artículo pretende presentar y discutir los resultados de un proceso participativo de identificación y mapeo del patrimonio cultural de la periferia del municipio de São Paulo. Realizada sobre la base de la metodología de los Inventarios Participativos y en asociación con organizaciones del movimiento social, universidades públicas y colectivos culturales, la investigación muestra la diversidad y riqueza de un patrimonio cultural cuyos cimientos se encuentran en la historia de lucha y resistencia de las clases trabajadoras de la periferia. Considerando que las políticas de preservación han programado históricamente la ausencia de la clase trabajadora y de la periferia en el conjunto de la memoria nacional a valorar, el presente trabajo va en sentido opuesto, buscando subvertir la forma hegemónica de pensar y hacer el patrimonio cultural.

Mots-clés / Palabras-clave: periferia; patrimonio cultural; inventarios participativos; participación social.

Introdução: a problemática e os desafios¹

A trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil evidencia a constituição de políticas públicas desiguais que valorizaram determinados objetos do passado, enquanto deliberadamente se omitiram sobre outros. Esse caráter desigual das políticas se dá na representação dos grupos sociais e de suas memórias; ele é expressão concreta da desigualdade social, contribuindo também para sua reprodução.

As políticas concentraram-se na valorização de bens representativos das classes dominantes. Assim, casas de câmara e cadeia, alfândegas, fortalezas militares, conventos, igrejas católicas, casarões e palacetes urbanos, assim como sedes de fazendas são exemplos dos bens que se encontram à exaustão no conjunto patrimonial. Esses bens testemunham a história vista a partir da colonização, entendida na perspectiva do mito fundador, conforme explicou Chauí (2013). Assim sendo, a história do poder político, econômico e religioso é fartamente representada na memória do nacional, segundo destacou Rubino (1996).

Construída nos anos 1930, a partir da edição da primeira legislação de preservação do país, o Decreto-Lei 25 de 1937 (BRASIL 1937), essa política se reproduziu também nas instâncias municipais e estaduais ao longo do tempo. Além disso, mesmo com as possibilidades abertas pela Constituição Federal de 1988, que resultou na ampliação conceitual, a chamada democratização do patrimônio não se realizou plenamente ainda hoje.

¹ O artigo vincula-se ao Projeto de Pesquisa “Gestão do patrimônio cultural na cidade de São Paulo: o caso do TICP Jaraguá-Perus (Território de Interesse da Cultura e da Paisagem)”, com bolsa do Programa Unificado de Bolsas PUB/USP.

Verifica-se, portanto, no interior do conjunto patrimonial escolhido, a ausência de bens culturais que são suportes físicos da memória da classe trabalhadora. Aliás, a própria periferia como lugar de moradia e de experiência de vida desta classe social tem seu passado silenciado nas políticas públicas, o que revela um mapa do patrimônio continuamente desigual.

Historicamente, a periferia é conhecida pelas suas inúmeras carências e privações, que vão da oferta de moradia aos bens de consumo coletivo, fruto do processo que Kowarick (2000) chamou de espoliação urbana. O autor define-a como uma somatória de extorsões que opera pela inexistência ou precariedade de serviços e bens necessários para a reprodução da vida da classe trabalhadora.

Tomando emprestado a noção do autor e considerando que este mesmo traço de privação se repete em relação às políticas públicas de memória e de patrimônio cultural, pode-se afirmar que se configura também na periferia, uma espoliação de memórias, já que o direito ao patrimônio cultural não se realiza para os grupos sociais periféricos. Quais as razões para isso?

O reconhecimento do patrimônio por meio de seus instrumentos, como é o caso do tombamento, é ato político ou ato autorizado, para usar a expressão cunhada por Bourdieu (2014). Segundo o autor, ato autorizado é aquele proveniente do Estado e, por isso mesmo, dotado de autoridade simbólica e de legitimidade, criador de consensos e, portanto, ordenador do mundo social. Como ato autorizado, o patrimônio atribui valor e, assim, classifica e separa o que deve permanecer no tempo e o que pode ser esquecido ou destruído. Neste sentido, o patrimônio cria o consenso de que apenas alguns bens podem fazer parte do conjunto que constitui a memória “de todos”. Neste seletivo grupo não há espaço para os bens das clas-

ses trabalhadoras. O patrimônio dito “de todos” é, na verdade, excludente, pois nem todos estão ali representados.

O silenciamento sobre a periferia e sobre a classe trabalhadora e suas histórias de luta que configuram a memória da rebelião, tem uma razão de ser nas políticas públicas: o patrimônio como ato autorizado tem servido à manutenção do *status quo* e à reprodução das relações desiguais no mundo social. Por meio dele, a classificação que hierarquiza as classes sociais é legitimada e naturalizada. As políticas de patrimônio cultural no país contribuem, assim, para a manutenção das relações de dominação e de exploração das classes subalternas e para reprodução de desigualdades sociais.

Esta é a problemática central que contextualiza o trabalho que se busca apresentar e debater aqui, fruto de uma experiência que procura subverter estes termos. Trata-se de um processo participativo de identificação e mapeamento do patrimônio cultural de bairros periféricos do município de São Paulo, um inventário elaborado pelos próprios moradores da periferia, com assessoria e envolvimento de pesquisadores da universidade e de coletivos culturais. Sua área de abrangência diz respeito aos distritos da zona noroeste da cidade, entre eles, Perus, Jaraguá e Anhanguera. Esse levantamento mostra a riqueza e diversidade do patrimônio cultural da periferia, cujo fundamento explicativo se dá pela história das lutas e resistências da classe trabalhadora.

O objetivo do artigo é assim, apresentar essa experiência de pesquisa, colocando em evidência a sua metodologia e os resultados obtidos. Como todo inventário de patrimônio cultural, a finalidade é promover a identificação e o conhecimento sobre os bens culturais que constituem suporte das memórias coletivas dos diferentes grupos sociais. O diferencial desse inventário é, entretanto, o seu cará-

ter participativo, uma vez que a compreensão se dá a partir da perspectiva dos moradores que vivem e convivem com estes bens culturais.

O artigo caminha mostrando as razões que justificaram a realização deste levantamento, bem como a metodologia participativa empregada em seus detalhes, além dos resultados até o momento obtidos.

Procura-se, desta maneira, colocar em destaque a importância de novas abordagens que possam subverter o tratamento convencional que predomina, ainda hoje, no campo do patrimônio cultural, construindo outras narrativas que sejam capazes de disputar o discurso hegemônico, aquele que Smith (2006; 2011) denominou de discurso autorizado sobre o patrimônio. De acordo com a autora, o discurso autorizado foi construído e mundializado a partir de experiências europeias de instituições como a Unesco e o Icomos². Assim, ele exerce um poder simbólico ao se impor e se legitimar como única forma de pensar o patrimônio, ou seja, como se critérios definidos a partir de um olhar europeu pudessem funcionar como parâmetros universais. Este discurso fundou as práticas institucionais e uma mentalidade autorizada, ou seja, uma determinada forma de pensar em relação ao patrimônio, afirma a autora. Desta maneira, o discurso hegemônico acaba por minar ideias alternativas de herança e possibilidades de pensá-la a partir dos grupos subalternos, diz a autora.

O inventário do patrimônio cultural na periferia

² Icomos é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, uma organização não governamental global associada à UNESCO.

Por meio do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2014), foi criado um instrumento inovador de proteção do patrimônio cultural chamado de Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP). Produto da demanda encaminhada na ocasião da elaboração do plano diretor, conforme explicam Sandeville Junior e Manfré (2014), que mobilizou entidades do movimento social e ativistas das áreas de cultura e educação³, reconhecia-se, assim, que era preciso ampliar os instrumentos de proteção do patrimônio cultural para além de iniciativas pontuais como o tombamento de bens materiais e o registro de bens imateriais. Naquele momento de discussão do plano diretor, havia a constatação dos limites das políticas públicas, ou seja, de que os instrumentos existentes não davam conta da preservação efetiva do patrimônio.

Resultado disso, é que o plano diretor instituiu, de antemão, dois TICPs, discriminados no artigo 314 (SÃO PAULO, 2014). O primeiro deles engloba o chamado “centro histórico da cidade e eixo cultural”; é o TICP Paulista/Luz, cujos limites incluem ainda bairros como o Bexiga, Santa Cecília e parte de Campos Elíseos. O segundo criado é o TICP Jaraguá/Perus, que incide sobre os distritos homônimos, incluindo ainda, o de Anhanguera. Embora não conste no plano diretor a sua delimitação oficial, o artigo 314 faz menção a uma lei anterior, dando a entender que os limites correspondem aos três distritos indicados aqui.

Esse novo instrumento propõe a proteção do patrimônio compreendido a partir de uma base socioespacial, o território. Ou seja, isso implica em considerar a necessidade de múltiplas e articuladas ações, que envolvem tanto o poder público como a sociedade, no sen-

³ Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, a Universidade Livre e Colaborativa e o Movimento Cine Belas Artes (MBA).

tido de pensar cultura, memória, educação e natureza de uma forma integrada neste recorte de espaço geográfico.

O território passa a ser visto, a partir deste instrumento, como a base espacial na qual a cultura, a identidade e memória são construídas cotidianamente na passagem do tempo e se tornam enraizadas. Neste sentido, ele foi definido como aquele que concentra atividades e equipamentos culturais, elementos materiais e imateriais e paisagens significativas, conforme define o *caput* do artigo 314:

Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público (SÃO PAULO, 2014).

A inovação contida no instrumento indica um momento de inflexão na política pública urbana, na medida em que a concepção de território deixa de ser apenas geopolítica, administrativa e institucional. Ele passa a ser compreendido em sua dimensão simbólica e antropológica.

O TICP foi pensado como um instrumento de gestão coletiva e compartilhada entre poder público e sociedade, dando protagonismo aos grupos sociais. Segundo a lei, eles devem ser criados a partir de processos participativos. Dentre alguns dos objetivos do instrumento conforme o artigo do Plano Diretor estão: estímulo às iniciativas locais, por meio de processos colaborativos e solidários e desenvolvimento de coletivos culturais autônomos, sobretudo em regiões da cidade de maior vulnerabilidade social. Prevalece, assim, a

compreensão de que o patrimônio cultural, ou seja, edificações, lugares, bens e práticas culturais, devem ser valorizados, protegidos e geridos de forma participativa no território e juntamente com os seus detentores, o que pressupõe assumir os moradores destas localidades como sujeitos de patrimônio, de memória e de cultura.

De acordo com o artigo 313 do Plano Diretor, o instrumento de proteção deve promover a identificação de bens, lugares e práticas culturais, ou seja, ele demanda a realização de inventários. Constatada esta necessidade legal e, no intuito de fortalecer o instrumento, bem como oferecer condições para a sua efetivação e regulamentação, procedeu-se a elaboração de um inventário do patrimônio cultural que se apoiou na metodologia proposta pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denominada Inventários Participativos.

Elaborado por integrantes do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus⁴, do coletivo REPEP (Rede Paulista de Educação Patrimonial) e com assessoria e apoio de pesquisadores/as-geógrafos/as da Universidade de São Paulo, por meio de um projeto de pesquisa, o levantamento iniciou-se em 2019 e encontra-se em fase de finalização, com a realização de oficinas devolutivas nos diversos distritos. As oficinas são momentos em que a equipe apresenta a leitura das coletas de campo com base no repertório proposto no inventário participativo. Além disso, são momentos para fomentar a reflexão das expectativas dos moradores em relação à preservação deste patrimônio cultural indicado.

No Brasil ainda é restrita a bibliografia sobre o tema dos inventários participativos. Destacam-se os estudos elaborados por

⁴ Esse movimento foi formado em 2013, reunindo diversos grupos locais atuantes em defesa da transformação daquele espaço fabril desativado, em um equipamento público, voltado à cultura.

SCIFONI (2019; 2018), por NITO e SCIFONI (2018; 2017) e por BORTOTO (2022), os quais apresentam e debatem as experiências realizadas em diversos bairros da cidade de São Paulo. Nesses trabalhos fica evidente o potencial do instrumento que rompe com o sentido tradicional e conservador das ações educativas que tomam as pessoas como receptáculo de informações sobre o patrimônio cultural escolhido pelo Estado. No inventário participativo, tal como colocam as autoras acima indicadas, as pessoas tornam-se sujeitos do ato de conhecer, identificando um patrimônio cultural que está no cotidiano e no vivido. Pesquisa e ação educativa costuram-se mutuamente nos inventários participativos como processos que se mostram articulados em torno da produção de conhecimento.

A metodologia participativa

A elaboração do inventário do TICP Perus/Jaraguá fundamentou-se na metodologia constante da publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos/Manual de Aplicação (IPHAN, 2016). Trata-se de uma ferramenta de ação educativa na área de patrimônio e de museologia social, que pressupõe a autonomia dos sujeitos na identificação, seleção e enunciação do que é patrimônio cultural. Neste sentido, ela opera uma transformação do olhar, superando os objetos mais consagrados da memória oficial, para colocar em posição central aquilo que está enraizado no cotidiano, na habitualidade da passagem do tempo.

Para que isso se dê, os inventários participativos concebem o patrimônio a partir da noção de referência cultural.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sen-

tido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2000, p. 29).

Constata-se, a partir da citação acima, que as referências culturais são como um espelho no qual os grupos sociais podem se enxergar como sujeitos coletivos produtores de cultura e enraizados em um território. Não se trata, porém, de uma mera relação mecânica de reflexo, mas uma forma de se entender no mundo. Assim, o processo de identificação do inventário só tem sentido se feito a partir da escuta e em diálogo estreito com esses grupos sociais.

Segundo Meneses (2012), é preciso compreender que o patrimônio é vetor e suporte de valores, os quais emanam dos grupos sociais. O autor enfatiza que os bens culturais não são coisas ou práticas para os quais basta identificar valores intrínsecos, reconhecidos por meio do saber técnico-científico. Para ele, os valores são mobilizados pelos grupos sociais para socializar, operar e fazer agir ideias e crenças.

Nesta perspectiva, os grupos sociais não são meros informantes no processo de identificação, mas sim, intérpretes das práticas culturais (FONSECA, 2000). São eles que tem a capacidade de anunciar e enunciar os valores e significados das referências culturais porque, antes de tudo, são sujeitos de cultura e de memória. Apreender as referências culturais pressupõe, portanto, compreender um conjunto de representações simbólicas elaboradas pelos grupos sociais em torno destes bens culturais.

A partir destes pressupostos conceituais, o trabalho de identificação do inventário do TICP priorizou ouvir os moradores e suas narrativas sobre memória e identidade. Foram 3 momentos principais de participação popular. No primeiro momento foram recuperadas as indicações dos moradores, resultado de um projeto anterior, sendo esse o ponto de partida para o que se fez depois. O segundo momento foi composto de Oficinas Participativas nos 3 distritos. O terceiro, ainda em execução, é composto de Oficinas Devolutivas, momento em que se chancela o trabalho anterior e são planejadas ações futuras. Serão descritas aqui, detalhadamente, cada etapa. Entende-se que, por se tratar de um trabalho pioneiro e de uma metodologia inovadora, cabe explicitar as ações encaminhadas, no sentido de estimular novas experiências.

O primeiro momento de escuta de narrativas se deu recuperando os levantamentos realizados anteriormente, pela Universidade Livre e Colaborativa, projeto coordenado pelo Prof. Dr. Euler Sandeville, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. A Universidade Livre e Colaborativa teve início em 2011, envolvendo o Núcleo de Estudos da Paisagem do LabCidade (FAU USP), lideranças sociais ligadas ao Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, artistas, professores do bairro de Perus e grupos como a Comunidade Cultural Quilombaque e o coletivo de educação Coruja⁵, segundo informam Bortoto e Bezerra (2019). Desenvolveu-se, assim, uma série de atividades experimentais didático-pedagógicas, por meio de oficinas, rodas de conversa, exercícios de deriva no território e debates coletivos. Desta maneira, foi levantada e mapeada uma série de bens representa-

⁵ Trata-se de movimentos sociais, coletivos e associações que atuam no distrito de Perus nas áreas de educação e cultura.

tivos da memória e identidade coletiva a partir da indicação de seus moradores.

O passo seguinte foi organizar essas indicações segundo as categorias previstas no Manual de Aplicação dos Inventários Participativos. A classificação em categorias auxilia na compreensão das especificidades de cada bem indicado, assim como ela é fundamental, na etapa seguinte, para elaborar sugestões de ações de proteção para cada uma.

As categorias do inventário são 5, a saber:

- celebrações, são festas, rituais de trabalho e devoção religiosa, que constituem momentos diferenciados da vida social;
- formas de expressão, são modos de ser, maneiras pelas quais os grupos sociais comunicam a sua experiência, em diferentes formas de linguagem, como a oral, corporal, gráfica, sonora, artística;
- saberes, são modos de fazer, conhecimentos, técnicas ou ofícios, que dizem respeito a produção material ou ao exercício de alguma atividade social, de serviço;
- lugares, espaços apropriados para a execução de práticas e manifestações, constituindo a base material para a realização da cultura ou aqueles espaços de importante significado simbólico atribuído pelo grupo social;
- objetos, instrumentos de trabalho ou de devoção religiosa, utensílios ligados ao cotidiano, às formas de lazer e brincadeiras, entendidos como parte da memória do grupo social (IPHAN, 2016).

Mais 3 outras categorias foram incluídas na classificação, a partir da análise dos diferentes tipos de bens que foram indicados

pelos moradores nas atividades da Universidade Livre e Colaborativa. São as seguintes:

- edificações, construções de valor simbólico, independente de qualidade arquitetônica ou estética-artística;
- sítios arqueológicos, locais onde foram encontrados vestígios materiais de uma ocupação humana pretérita e que constituem fonte de conhecimento sobre a história do território;
- natureza, expressa em elementos como rios, nascentes, morros, serras, árvores ou matas, que, independentemente de seu estado de conservação, estão enraizados nas memórias dos grupos sociais (MOVIMENTO DE REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS; REPEP, 2023).

Esse conjunto de bens levantados e classificados nas 8 categorias constituíram o material-base utilizado para a organização do segundo momento de escuta, com a realização de Oficinas Participativas nos 3 distritos. Foram 6 oficinas que ocorreram em escolas públicas e comunidades religiosas como CEBs (Comunidades Eclesiais de Base).

A dinâmica das oficinas partia da apresentação da noção de referência cultural, evidenciando o seu papel como elemento enraizador da experiência de vida dos grupos sociais. Em seguida eram apresentadas e explicitadas as categorias e os respectivos bens indicados anteriormente, na forma de tarjetas coloridas. Ao discutir cada indicação e propor outras, o grupo constituía narrativas que se baseavam tanto na sua própria vivência, ou seja, na memória vivida, como também acionavam elementos daquilo que Pollak (1992) chamou de “memória vivida por tabela”, ou seja, fatos e aconteci-

mentos que são continuamente transmitidos para cada nova geração como se fossem eles próprios vividos pelo grupo.

As oficinas foram organizadas ao longo dos meses de abril até outubro de 2019 e foram seguidas por atividades de sistematização de conteúdos levantados para o preenchimento das Fichas do Inventário Participativo. Seguindo a metodologia, as fichas têm a função de apresentar cada referência, a partir das informações coletadas, indicar a sua localização que será a base para o mapeamento e, também, incluir registros fotográficos que possam ilustrar cada uma delas. As fichas são o produto final de sistematização de ações e não devem, em hipótese alguma, serem usadas como ponto de partida do trabalho, como se fosse um questionário a ser respondido.

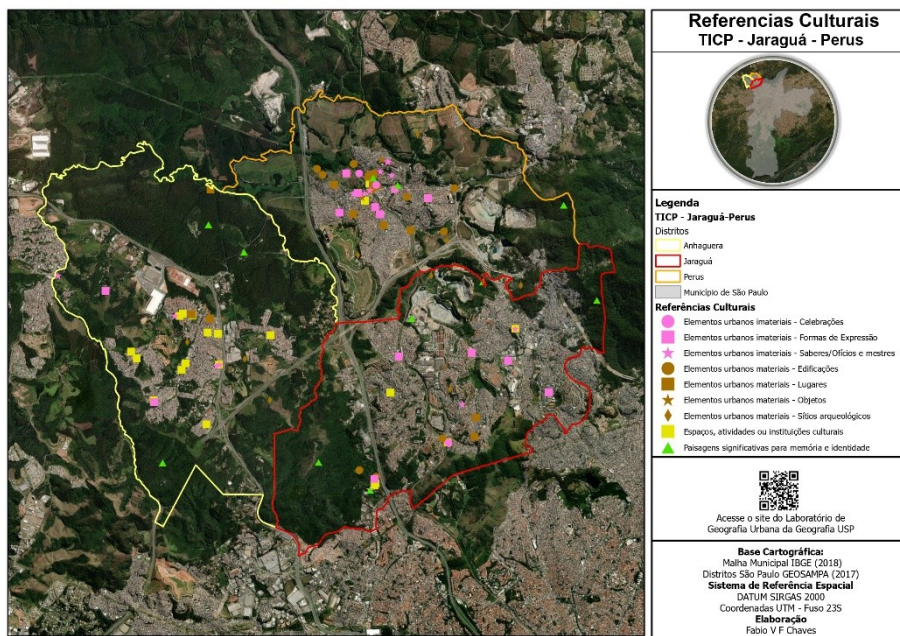
Na etapa final de organização das referências culturais foi compatibilizada a classificação do Iphan com os 4 eixos estabelecidos no artigo 314 do Plano Diretor, a saber:

- espaços, atividades ou instituições culturais: incluiu estabelecimentos indicados, tais como escolas, bibliotecas e outras instituições representativas para a cultura, memória e educação;
- elementos urbanos materiais: reuniu indicações das categorias do Iphan como edificações, lugares, objetos e sítios arqueológicos;
- elementos urbanos imateriais: incluiu as categorias do Iphan como celebrações, formas de expressão e saberes/ofícios;
- paisagens significativas para a memória e identidade: englobou as indicações da categoria natureza (SÃO PAULO, 2014).

Ao longo de dois anos, em 2020 e 2021, em função da pandemia de COVID-19 e da necessidade de distanciamento físico, as atividades do projeto circunscreveram-se a montagem das fichas, dos mapas e discussão sobre formas de representação cartográfica mais acessíveis ao público, inclusive questões relacionadas à legenda. Foram produzidos mapas individualizados por distrito e um mapa geral, com os limites do TICP Jaraguá/Perus. Como são mapas de tamanho grande (versões A3 e A0), fica prejudicada a sua inserção neste artigo, em função da dificuldade de visualização dos detalhes de informação. Assim, optamos por inserir, à título de ilustração, o mapa geral.

No total foram identificadas 106 referências culturais nos 3 distritos e na impossibilidade de apresentar este rico universo, o item relativo aos resultados colocará em evidência alguns exemplos bastante significativos.

Mapa 1: Referências Culturais do TICP Jaraguá/Perus, 2022.



Fonte: Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus e Repep, 2023.

O trabalho está em fase final o que contempla o terceiro momento de escuta que vem sendo realizado desde final de 2022 e início de 2023, e diz respeito as oficinas devolutivas nos distritos. Essas oficinas, além de apresentar o quadro de referências culturais organizado e sistematizado, bem como as fichas de todas as indicações e os mapas finalizados, são ocasião também para a discussão de recomendações para a preservação dos bens indicados, sendo, portanto, a etapa de planejamento participativo.

Finalizadas as oficinas e elaborado o texto do dossiê, o passo seguinte será o encaminhamento ao órgão municipal de patrimônio, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), para deliberação do pedido de registro do inventário, conforme determina do Plano Diretor. Isso significará mais um passo importante para a formalização deste instrumento e a primeira iniciativa do gênero na cidade de São Paulo. Importante ressaltar que apesar dos esforços populares pela regularização deste instrumento, o poder público não tem demonstrado interesse na sua efetivação. Passados 9 anos, desde a aprovação da lei, até o momento não foi elaborado, discutido ou encaminhado qualquer projeto de legislação específica para regularizar o instrumento, conforme determina a lei.

Assim sendo, o que se constata é que o TICP Jaraguá/Perus existe na prática, a partir das ações desenvolvidas cotidianamente pelos seus moradores no território. Do ponto de vista institucional, entretanto, ele se encontra em uma espécie de limbo jurídico pois, apesar de ter sido instituído pelo Plano Diretor, ainda se aguarda a regulamentação do instrumento por legislação específica, o que dificulta a sua efetivação.

Resultados: o patrimônio das lutas

O inventário participativo das referências culturais demonstra que o TICP Jaraguá/Perus se apresenta como um território singular dentro do município, marcado historicamente por processos de luta e resistência popular que se dão no cotidiano da periferia.

Por resistência se entende todo ato de insubordinação em relação àquilo que se apresenta como força opressiva hegemônica; trata-se de um ato que se orienta pela necessidade de sobrevivência e contra aquilo que lhe ameaça (BENSAID, 2011). Por resistência entende-se aquilo que é capaz de mobilizar, de provocar a ação consciente sobre a realidade, compreendida como prática que se contrapõe à lógica dominante. A resistência é movida pelo atendimento de necessidades básicas, seja do trabalho, sobrevivência ou de moradia, mas também necessidades sociais mais amplas tais como o lazer, a fruição do espaço ou valores identitários e de memória que ligam os grupos sociais aos lugares da vida. Como será visto adiante, o inventário participativo captura as referências culturais que expressam a luta popular constante destes grupos sociais da periferia em suas diferentes estratégias de resistência contra a exploração no trabalho e contra as opressões diárias resultado dos privilégios da propriedade privada sobre o uso do espaço.

Trata-se, assim, da possibilidade de pensar as referências culturais como o patrimônio da vida cotidiana, concepção que subverte o discurso hegemônico ou discurso autorizado, termo cunhado por Smith (2006, 2011), que diz respeito àquilo que se fundamenta na excepcionalidade, na monumentalidade e no caráter estético-estilístico dos bens.

O conceito de cotidiano tem um papel central na compreensão deste patrimônio cultural. Segundo Lefebvre (1991), o cotidiano pode ser entendido em seu duplo e contraditório aspecto: ele é, ao mesmo tempo, constituído por um conjunto de coerções diárias composto pela opressão no trabalho e o controle do tempo da vida, em que o econômico que se impõe sobre o social, o sensível e a necessidade de criação. A esses aspectos, que o autor chamou de miséria do cotidiano, se opõe a grandeza do cotidiano: a vida que se perpetua, a apropriação do corpo, do tempo e do espaço, o desejo de viver a existência de forma livre, as obras, a festa e a criação de um mundo prático-sensível. A grandeza do cotidiano é composta pela possibilidade do irreduzível, daquilo que foge à regra, que não se deixa submeter, que se opõe e subverte, os *resíduos*.

O patrimônio da vida cotidiana no território inventariado é composto de inúmeros *resíduos*, como se verá adiante na apresentação dos resultados. Eles formam um tecido único, costurado pelas diferentes formas de enfrentamento diário contra as opressões e coerções do econômico e do político.

Destaca-se, dentre os resíduos identificados, as mobilizações organizadas pelo movimento operário da Fábrica de Cimento de Perus que foi responsável pela mais longa greve do país que durou 7 anos (1962-1969), liderada pelo Sindicato dos Queixadas, nome que marcou a classe trabalhadora de cimento e cal da região.

Esse movimento histórico de trabalhadores inspirou importantes e inovadores espaços culturais que assumiram o termo queixadas, tais como o Centro de Memória Queixadas, que coleta, trata e guarda documentos sobre a história das lutas em Perus, e a Agência Queixadas, que desenvolve um turismo de resistência, com ro-

teiros que buscam apresentar narrativas periféricas e contra hegemônicas (FERREIRA, 2022).

Tais exemplos mostram que a identidade queixada é recriada em novas gerações de jovens que, apesar de não serem mais operários, herdaram modos de viver, de ser e de pensar, ou seja, formas de expressão fundadas na luta e na resistência dos trabalhadores da fábrica. Eles se autodenominam os novos queixadas. De acordo com Bortoto e Bezerra (2019), os trabalhadores grevistas ficaram conhecidos como queixadas devido a sua forma de agir nas lutas, semelhante aos porcos-do-mato queixadas, que se juntam para a defesa quando são atacados. Assumir-se queixada traz, assim, o sentido de união e de solidariedade de classe, mas também de estratégia de luta e resistência no cotidiano.

A identidade queixada tem sua raiz no que os moradores chamam de Firmeza-Permanente. Palavra de ordem do movimento operário da Fábrica de Cimento Perus, durante a greve dos 7 anos, a firmeza permanente é um modo de ser no mundo, uma forma de expressão caracterizada pelos princípios de persistência na luta, de não desistir ou abandonar os companheiros e de não sucumbir às opressões.

Além da luta operária, o território, ao longo da sua história, foi *locus* de muitas reivindicações que tomaram as ruas em passeatas e atos públicos que chamaram atenção dos meios de comunicação, tais como:

- a mobilização contra a poluição da fábrica de cimento, que ganhou nome como Campanha Pó de Cimento Esmaga a Vida, de 1979, que ocorreu no âmbito da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica;
- a mobilização contra a instalação de lixão e aterro sanitário;

- as muitas lutas pela melhoria da infraestrutura e de serviços urbanos e, também, pela ampliação da rede pública escolar;
- o protagonismo histórico das mulheres-mães, nos bairros como Morro Doce, no distrito de Anhanguera, que incluiu demandas como saneamento básico e melhoria do transporte coletivo. Este último ficou famoso pelo episódio do "sequestro do ônibus";
- as lutas por moradia, que construíram saberes relacionados à ocupação de terra;
- o movimento dos sem-terra e as mobilizações pelo direito à Reforma Agrária.

Também marca o território os processos históricos de resistência dos povos originários guarani mbya, que vem lutando pelo direito à terra ancestral no distrito do Jaraguá. A terra, concebida como tekoa, é para os indígenas o lugar sagrado fundamental para manter a cultura, preservar os conhecimentos e o modo de vida (FARRIA, 2016). Em 2015, uma portaria do Ministério da Justiça declarou a Terra Indígena do Jaraguá, em um total de 532 hectares, como de posse permanente dos guarani. Entretanto, com a sobreposição das terras ao perímetro do Parque Estadual do Jaraguá, o processo de demarcação foi contestado judicialmente pelo governo do estado de São Paulo. A insegurança jurídica da posse tem sido combatida pelos indígenas com atos e protestos recorrentes, que ocupam as ruas da cidade. Assim sendo, foram indicados nas oficinas, na categoria formas de expressão, os Atos pela Demarcação de terras Guarani.

O TICP Jaraguá/Perus é o território onde a luta cotidiana da população periférica por direitos não cumpridos configura um conjunto de saberes próprios, a sevirologia. Trata-se de um saber popular, uma habilidade muito comum nas periferias, a “arte de se virar”, um modo de fazer a coisa acontecer. O TICP é, também, o território das práticas da cultura popular, dos saberes das benzedeadas e parteiras, da capoeira (Grupo Raízes), do grafitti (Coletivo Loucos pelas Artes), do hip hop (Lado Sujo da Frequência e Batalha do Rubi), do maracatu (Baque das Manas) e do samba (Bloco Carnavalesco Só Vou Se Você For). Há, ainda, um conjunto de festas populares enraizadas no cotidiano e na memória coletiva que marcam os tempos do calendário e da vida, tais como quermesses juninas, bailes, desfiles e procissões.

Nesse território inventariado, terrenos e edificações públicas sem uso e abandonados foram transformados em espaços para produção cultural (Ocupação Canhoba/Cine Teatro Pandora e Casa do Hip Hop). São lugares conquistados por movimentos de ocupação que se realizam como lugares da criação artística.

Além de ser suporte físico para uma memória operária fortemente militante constituída nas lutas dos trabalhadores do Sindicato dos Queixadas, a singularidade deste território se relaciona, também, com a presença da Fábrica de Cimento de Perus, a primeira implantada no país, e que foi responsável por alimentar o crescimento da construção civil e urbanização da cidade. Trata-se de um patrimônio operário-industrial fortemente enraizado na vida social da periferia paulistana, razão para o seu tombamento municipal em 1991, subsidiado por ampla pesquisa de história oral.

Articulados à fábrica, também se encontram remanescentes de um importante patrimônio ferroviário, a Estrada de Ferro Perus-

Pirapora. Implantada nas primeiras décadas do século passado, a ferrovia tem um inquestionável valor histórico em função de seu acervo único no mundo, sendo o último exemplar de bitola 60 cm. A ferrovia constitui, juntamente com a fábrica, um mesmo sistema industrial de produção de cimento, que se completa com as minas de calcário situadas no município vizinho, Cajamar. Além da linha férrea de bitola 60 cm, o patrimônio ferroviário completa-se com as estações ferroviárias de Perus e Jaraguá, remanescentes da primeira ferrovia no estado, a São Paulo *Railway*. Ambas as estações já estão reconhecidas e tombadas pelos órgãos estadual e municipal.

Completa esse conjunto patrimonial de inegável importância a presença de paisagens de exceção, como definiu Ab'Saber (1977), que constituem marcos referenciais históricos na ocupação da cidade. Trata-se do Pico do Jaraguá e da Serra da Cantareira, que desempenharam historicamente papel de baliza para os viajantes, orientando quem chegasse do sertão. São também, como definiu o autor, áreas críticas e ecologicamente estratégicas, reservas naturais de preservação obrigatória, que se destacam pela ocorrência de grandes massas arbóreas responsáveis por cumprir função ambiental importante, quer sejam os remanescentes do cinturão verde da mata atlântica, pontuado por diversos mananciais, mas também o grande conjunto arborizado do Parque Anhanguera.

Quadro 1: Referências culturais do TICP Jaraguá/Perus.

Referências culturais		No.
Espaços, atividades e instituições culturais		21
Elementos urbanos materiais	Edificações	18
	Lugares	07
	Objetos	05
	Sítios arqueológicos	08
Elementos urbanos imateriais	Celebrações	04

	Formas de expressão	14
	Saberes	17
Paisagens significativas para memória e identidade		12
Total		106

Fonte: Movimento de Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus; Repep (2023).

Soma-se, ainda, um conjunto de modos de ser e fazer, formas de expressão de uma cultura de resistência, responsável pela criação de repertório próprio, entre os quais se destaca a palavra de ordem “ferve território”. Esse conjunto inclui desde formas de expressão relacionadas às lutas antirracistas e feministas, como também reúne saberes populares historicamente enraizados e transmitidos pela oralidade e na ação direta, relacionados a mobilização social e as lutas no cotidiano periférico, ou seja, aquilo que anteriormente se definiu como resistência.

Destaca-se, por fim, a presença de vários sítios arqueológicos, quer aqueles remanescentes das primeiras lavras de ouro em São Paulo, como também a Vala Comum de Perus, onde o regime militar enterrou clandestinamente os corpos de militantes opositores que foram assassinados pela ditadura.

No quadro 1, anteriormente apresentado, são indicados alguns dados gerais que demonstram a extensão quantitativa do levantamento realizado. Mais de uma centena de referências culturais foram identificadas, mapeadas e pesquisadas. O levantamento contribui para o conhecimento de um território periférico que tem sido pouco estudado pelos órgãos de preservação.

Os números colocam em evidência a riqueza e diversidade do patrimônio cultural periférico e a importância dos espaços e equipamentos que desenvolvem atividades culturais e educacionais. Mostram também um conjunto de patrimônio material que poderia e

deveria receber ações de preservação, como o tombamento, além de uma diversidade de bens culturais que podem ser registrados como patrimônio imaterial.

Considerações finais

O inventário participativo constituiu-se em um esforço para colocar em evidência o patrimônio da vida cotidiana e as narrativas da memória da rebeldia da periferia, buscando subverter o campo do patrimônio cultural e, com isso causar rachaduras nas muralhas, expressão tomada de empréstimo de Lefebvre (1991).

A metodologia proposta pelo Iphan, em seu manual de aplicação, foi de fundamental importância pois, ao mesmo tempo que ela permitiu mostrar outra possibilidade de compreender o patrimônio, dando visibilidade aos grupos subalternos e valorizando suas memórias, ela conferiu legitimidade a essa nova forma de pensar, que subverte as concepções mais conservadoras. A contradição é que, ao mesmo tempo em que o manual do Iphan compõe o discurso autorizado pois ele é uma proposta que partiu dessa instituição, ele é, no interior deste discurso, uma subversão que tensiona o campo do patrimônio.

O inventário colocou os moradores na condição de sujeitos do patrimônio e da memória, ou seja, capazes de anunciar aquilo que deve ser protegido e valorizado. Neste sentido ele é um instrumento para fortalecer a cidadania. Do ponto de vista educativo, ele é uma ferramenta de formação que contribui para a luta por direito à cultura e à memória.

A experiência desta pesquisa foi a oportunidade de fazer submergir *memórias subterrâneas*, expressão cunhada por Pollak

(1989), ou seja, aquelas dos grupos subalternos, para as quais não há política pública nem ações de proteção. Muito embora elas sejam valorizadas pelos próprios grupos sociais em seu cotidiano, como mostraram Bortoto e Bezerra (2019), com as diversas ações educativas desenvolvidas no território, elas são subterrâneas em relação ao processo de memorialização oficial. Neste sentido, o inventário é um caminho que contribui para difundir-las, promovê-las e valorizá-las.

Ao final, é importante evidenciar que não se trata de um processo de memorialização fechado em si mesmo, como se fosse um exercício nostálgico e passadista. As memórias da luta no território são alimento para a resistência diária na periferia, para fortalecer a grandeza do cotidiano por meio da firmeza-permanente. Sendo assim, elas atendem ao chamado proposto por Gramsci (2021, p.46): “Reforcemos nossa consciência com memórias, com a imersão de nosso espírito no rio de nossa tradição, de nossa história.”

Referências

AB’SABER, A. N. *Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais no Estado de São Paulo*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1977. 26p.

BENSAID, Daniel. *Resistências*. Ensayo de topologia general. Espanha: El viejo Topo, 2002.

BORTOTO, Regina C.S.; BEZERRA, Maria Helena B. Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus. *Revista CPC*, São Paulo, n.27 especial, p.185-210, jan./jul. 2019, p. 185-210.

BORTOTO, Regina Célia S. Inventário Participativo: uma experiência em educação patrimonial na escola e no território de Interesse da Cultura e da Paisagem Perus, Anhanguera e Jaraguá. In: BEZERRA, Maria Helena; SAMPAIO, Maria das Mercês F.; SANTOS, Silmar Leila (org.). *Corajosas transgressões*. Reflexões e relatos de

experiência de educadores. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p.227-244.

BRASIL. Decreto-Lei 25 de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 573p.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. 102p.

FERREIRA, Paulo Tácio A. “Nós vamos hackear o turismo!” *Entre roteiros, “quebradas” e resistências na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado). Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH) – Programa de Turismo, 2022, 263p.

FONSECA, Maria Cecília L. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000. p. 11-21.

GRAMSCI, Antônio. *Homens ou máquinas?* Escritos de 1916 a 1920. São Paulo: Boitempo, 2021. 298p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação*. Brasília: Iphan, 2000. 156p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação*. Brasília: Iphan, 2016. 132p.

KOVARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000. 143p.

LEFEBVRE, Henri. *Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. 216p.

MENEZES, Ulpiano T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2012. Anais Volume 1... Brasília, DF, Iphan, 2012.

MOVIMENTO DE REAPROPRIAÇÃO DA FÁBRICA DE CIMENTO PERUS; REPEP (REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRI-MONIAL). *Dossiê Inventário Participativo do TICP Jaraguá/Perus*. São Paulo, 2023.

NITO, M. K.; SCIFONI, S. Ativismo urbano e patrimônio cultural. *ARQ.URB*, v.1, 2018.

NITO, M. K. S.; SCIFONI, SIMONE. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, v.5, p.38 - 49, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, p. 97-105, fev.1996.

SALES, Camila. *A luta guarani pela terra na metrópole paulistana: contradições entre a propriedade privada da terra e a apropriação indígena*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Geografia, 2015. 319p.

SÃO PAULO. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Plano Diretor estratégico do Município de São Paulo*. Lei Municipal nº. 16.050 de 31 de julho de 2014.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler.; MANFRÉ, Eliane. *Cultura e paisagem: uma nova perspectiva no tecido urbano*. 2014. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/#more-625>. Acessado em 09/02/2023.

SCIFONI, S. INTERPRETAR QUAL PATRIMÔNIO? A experiência do Inventário Participativo do Minhocão, São Paulo. ANAIS DO 3º SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL. Belo Horizonte: Even3, 2019. v.1. p.1 – 14.

SCIFONI, S. Inventários Participativos como direito à memória e ao patrimônio cultural. ANAIS DO V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS DE MUSEUS E PESQUISA - Políticas de acervo -

coleta, preservação, descarte. São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu de Arte Contemporânea, 2018. v.1. p.25 – 41.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. New York: Routledge, 2006. 351p.

SMITH, Laurajanne. El “espejo7 patrimonial”¿ Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antipoda *Revista de Antropología y Arqueología* n°. 12, Bogotá, Enero-Junio 2011, 262 pp. 39-63. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/abs/10.7440/antipoda12.2011.04> Acessado em 07 de maio de 2018.

Submetido em: 12 de fevereiro de 2023.

Devolvido para revisão em: 28 de fevereiro de 2023.

Aprovado em: 29 de março de 2023.

SCIFONI, simone. SUBVERTER O PATRIMÔNIO CULTURAL: PERIFERIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. *Terra Livre*, [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2890>. Acesso em: 22 jul. 2023.